

V. RESENHAS

**BURTON, PAUL J. *ROMAN IMPERIALISM*.
BRILL RESEARCH PERSPECTIVES IN ANCIENT HISTORY. VOLUME 2 (2).
LONDRES: BRILL, 2019, 120 P.**

*Rafael Scopacasa*¹

Alguns temas na historiografia sobre a antiguidade causam especial polêmica. Esse é certamente o caso do dito imperialismo romano. A complexidade da discussão e seu ritmo acelerado justificam o aparecimento de mais um manual, dessa vez da autoria de Paul J. Burton da *Australian National University*. O livro vem na sequência de títulos parecidos publicados recentemente, incluindo coletâneas (Hoyos, 2012) e compêndios de fontes (Erskine, 2010). Escrito numa linguagem clara e didática, o volume de Burton integra a coleção *Brill Research Perspectives*, de monografias curtas dedicadas a temas grandes nas humanidades.

Quando se fala em imperialismo romano, geralmente se quer dizer duas coisas: a expansão inicial do poder romano pelo Mediterrâneo através da guerra e da diplomacia, e/ou os mecanismos de administração e exploração das províncias a partir da república tardia. Burton reconhece, logo de início (p. 8), que a maior parte do livro é dedicada ao primeiro desses dois tópicos: os fatores que motivaram a expansão romana pelo Mediterrâneo durante a república média (350-150 a.C.) e a natureza do poder romano nesse primeiro momento. Há aqui um debate envolvendo dois campos, grosso modo: aqueles que veem Roma como um estado doentamente agressivo, militarizado, ganancioso e brutal, que pisoteou e extorquiou seus vizinhos na Itália e, depois, na África, Espanha, Grécia e Turquia; e aqueles que enxergam essa mesma Roma como um entre vários outros estados mediterrânicos igualmente agressivos, militarizados e brutais, mas que conseguiu se sobressair na vizinhança barra-pesada devido ao seu talento especial para converter inimigos em amigos (para uma “terceira via”, ver Terrenato 2019).

¹ Universidade de São Paulo. E-mail: rafaelsco@hotmail.com

É importante notar que Burton teve como orientador de doutorado um dos grandes nomes desse embate, o americano Arthur M. Eckstein, que se situa firmemente no segundo campo esboçado acima. O doutorado de Burton, que virou livro da *Cambridge University Press* (Burton, 2011), propõe que um fator essencial no sucesso dos romanos foi a sua capacidade de construir uma boa credibilidade internacional, graças a um código moral que os impelia a honrar compromissos assumidos com povos e comunidades com os quais firmavam laços de “amizade” (*amicitia*). Tal tese possui implicações para a maneira como Burton enxerga o poder romano, como ele próprio reconhece (p. 8). Mas isso não compromete absolutamente o seu papel de guia para estudantes de graduação e pós-graduação querendo familiarizar-se com as diferentes perspectivas, as fontes relevantes e suas possibilidades interpretativas.

Após uma breve Introdução resumindo a estrutura do livro, temos um segundo capítulo dedicado a teorias modernas do imperialismo (*Imperialism*). O intuito é sanar uma suposta falta de reflexão teórica sobre o conceito entre historiadores da antiguidade (p. 56). Começando pelas teorias de matriz marxista-leninista, que definem o imperialismo como fenômeno econômico, populares no estudo do mundo contemporâneo bem como do antigo – embora nem sempre invocadas explicitamente. Burton distancia-se desse tipo de perspectiva, questionando a noção amplamente aceita de que o neocolonialismo europeu foi movido por capitalistas em busca de mercados na África e Ásia (pp. 11-12). Na minha experiência, é bastante incomum encontrar um historiador da antiguidade fazendo referência ao trabalho de David Fieldhouse (1961), que nadou contra a corrente dizendo que o grosso do capital europeu entre 1870 e 1914 foi para os EUA, Austrália e Canadá e não para os trópicos. Joseph Schumpeter é outro teórico notado por Burton que buscou desvincular imperialismo de capitalismo, propondo que o neocolonialismo era o subproduto de guerras de conquista criadas por aristocracias feudais obsoletas e seu militarismo despropositado. Embora Burton pareça ser menos antipático a esse tipo de abordagem, ele se identifica com um terceiro grupo de teorias que denomina sistêmicas (pp. 15 ss.). Mais especificamente com duas perspectivas da área das Relações Internacionais, conhecidas como “neo-realista” e “construtivista”: a primeira vê a dominação de um estado sobre outros como resultado de competição por sobrevivência, enquanto a segunda enfatiza que tal competição não se dá apenas pela força mas também pela diplomacia. Ao listar as fraquezas dessa teoria, ele não menciona talvez a mais grave: o pressuposto de que estados são agentes históricos unitários, que se comportam quase como indivíduos dotados de instinto de sobrevivência. Há

controvérsias sobre até que ponto essa definição é válida para estados modernos, que dirá para comunidades políticas do Mediterrâneo antigo (ver Terrenato, 2019). O capítulo conclui com algumas definições conceituais seguindo o esquema de Michael Doyle (1986): num “império” um estado controla a política interna e externa de outros (para Burton, isso descreve o poder romano no ocidente bárbaro), enquanto numa “hegemonia” o estado dominante controla somente a política externa dos subordinados (o que caracterizaria a posição de Roma no Mediterrâneo oriental e norte da África, até pelo menos o século I a.C.).

O terceiro capítulo, *Roman imperialism*, é de longe o mais substancial, ocupando quase metade do volume inteiro. Aqui confronta-se o problema da expansão romana durante o período republicano e suas motivações: o que levou os romanos a criar um império? Eles tinham um plano de dominação mundial? Até que ponto esse processo foi o resultado de agressividade inata ou ganância? Como que os romanos trataram as comunidades que vieram a controlar e o que isso revela sobre as motivações deles? Burton está correto ao afirmar que essas são perguntas milenares, que tanto antigos quanto modernos buscaram responder.

A discussão sobre os autores greco-romanos (seção 3.1) explora a pluralidade de juízos e percepções que eles transmitem sobre o poder romano e sua formação. Leitores encontrarão aqui um elenco excelente de relatos antigos que mostram os romanos ora como manipuladores, destruidores e gananciosos, ora como contidos, responsáveis e benévolos. Políbio, por exemplo, afirma que os romanos formaram um plano de conquista mundial após a derrota de Aníbal em 201 a.C., mas ao mesmo tempo atribui as causas das guerras aos adversários de Roma ou ao puro acaso. Uma discussão brilhante é feita das críticas ao *imperium* romano na historiografia antiga. Burton considera reveladores os discursos anti-romanos atribuídos a líderes rebeldes como Boudicca/Boadicéia, a rainha bretã, e Cálgaco, o caledônio em cuja boca Tácito colocou a famosa frase “criam um deserto e chamam-no de paz”. Conclui-se que tais discursos, por mais apaixonados, tendem a focar nos romanos e no seu suposto caráter, e não tanto no império como fenômeno político. Outras visões negativas se referem a prejuízos morais que, segundo autores como Tito Lívio, a aquisição do império teria provocado nos conquistadores, como relaxamento, amolecimento, e entrega a luxos do oriente/Grécia. Ao fim, o foco nas fontes literárias e historiográficas acaba deixando um pouco de lado as percepções do poder romano que teriam se formado em outros contextos sociais, além do círculo dos autores greco-romanos de elite.

Também seletiva é a apreciação de estudiosos modernos (seções 3.2 e 3.3), que se resume ao âmbito da historiografia anglo-saxônica dos últimos 40 anos. Toma-se como ponto de partida o livro de William Harris (1979), com o qual “estudos modernos do imperialismo romano precisam começar” (p. 39; todas as citações são traduções minhas). Burton detecta a influência teórica de Schumpeter na maneira como Harris nos apresenta uma Roma republicana comandada por uma elite doentamente obcecada pela guerra, ela própria criadora dos conflitos que resultaram na expansão – uma verdadeira “máquina de guerra”. Sendo que os ganhos econômicos advindos da guerra (butim, terras, escravos) teriam intensificado esse círculo vicioso. Burton em seguida nos apresenta uma seleção bem específica de estudiosos que discordam dessa “tese Harris” de um modo ou de outro. Com a exceção de A. N. Sherwin-White, é de se notar que todos eles possuem vínculos acadêmicos muito estreitos: Arthur Eckstein, orientador de Burton; Erich Gruen, orientador de Eckstein em Berkeley; Robert Morstein-Marx, outro orientando de Gruen; além do próprio Burton. O autor identifica uma das primeiras grandes respostas a Harris no volumoso estudo de Gruen (1984), segundo o qual os próprios gregos arrastaram Roma pra dentro de suas disputas internas, inicialmente querendo manipular a força descomunal da república, mas acabando soterrados por ela. Robert Morstein-Marx (1995, quando ele se assinava “Kallet-Marx”), por sua vez, propôs que a interferência romana no mundo grego até o começo do século I a.C. foi minimalista, pois não teria havido real interesse em gerir assuntos internos de estados como a Macedônia e o reino selêucida. Como era de se esperar, Burton nos dá uma síntese cristalina das contribuições de Eckstein. Sobretudo de seu livro mais polêmico (2006), onde se argumenta que o estado romano dos séculos III e II a.C. não foi à guerra por opção e sim por necessidade, em uma realidade onde atacar e defender-se eram a mesma coisa; no Mediterrâneo antigo de Eckstein, não teria existido uma autoridade forte o suficiente para controlar o uso da violência entre as comunidades, de modo que cada uma tinha que se garantir atacando antes de ser atacada. É em vista dessa tese “mãe”, calcada na teoria neo-realista, que a contribuição do próprio Burton (2011) precisa ser compreendida, tanto que ele a apresenta logo em seguida. O sucesso romano numa realidade geopolítica tão volátil explica-se, segundo Burton, pela preocupação romana em manter uma reputação de honestidade. Graças a essa peculiaridade cultural, os romanos teriam conseguido controlar a sua própria agressividade, fazendo uma espécie de autopolicimento que lhes teria permitido acumular credibilidade, e logo autoridade, no plano internacional: “os romanos não conseguiram predominância simplesmente assumindo uma postura de predominância” (p.

69). Tal como Eckstein, Burton preocupa-se em ser explícito no uso de modelos e teorias. No caso, estamos diante da teoria construtivista das Relações Internacionais, que vê a realidade geopolítica como produto não somente da competição brutal por segurança entre estados (como quer o neo-realismo), mas também de discursos, ideias e palavras diplomáticas. A linguagem diplomática romana da amizade, argumenta Burton, teria ajudado a transformar a realidade geopolítica do Mediterrâneo. A tese encontra problemas, como aquelas ocasiões em que o conceito de amizade era usado pra definir relações muito desiguais – como no caso da cidade italiana de Capua, que teria se colocado totalmente à mercê do estado romano em 343 a.C. em troca de proteção dos ataques samnitas (Liv. 7.29-31). Mesmo assim, Burton tem o mérito de desafiar noções profundamente enraizadas na área, às vezes tratadas como verdade inquestionável. Por exemplo a visão um tanto cínica de Ernst Badian, de que os romanos usavam o discurso da amizade para mascarar seu tratamento desdenhoso e impiedoso de povos conquistados, os quais eles teriam, na verdade, considerado *clientes* e não *amici*.

Burton se esforça para apresentar, nesse terceiro capítulo, um balanço equilibrado da sua própria contribuição e dos três estudiosos que ele destaca em oposição a Harris: Gruen exagera ao jogar toda a responsabilidade da conquista da Grécia nos ombros dos gregos (pp. 47-49); Morstein (Kallet-)Marx subestima o caráter disruptivo das intervenções romanas na Ásia Menor durante o século II a.C., pois (raciocina Burton) somente um acúmulo de humilhações poderia ter causado o ressentimento virulento que explodiu com o grande massacre de 88 a.C. (pp. 53-56); Eckstein não dá atenção suficiente às especificidades internas dos estados mediterrânicos, as quais teriam influenciado a conduta geopolítica desses estados juntamente com forças externas/sistêmicas (pp. 63 ss.). Ao discutir críticas ao seu próprio trabalho, como a objeção de que o conceito de “amizade” é flexível demais para ser analiticamente válido (pp. 72-73), Burton aproveita pra responder a algumas resenhas do livro dele de 2011. Isso às vezes coloca a discussão num nível um tanto rarefeito para um manual desse tipo. Não deixa de ser admirável, contudo, a transparência com que ele identifica o seu próprio posicionamento e as objeções levantadas por outros.

De todo modo, o que mais salta aos olhos são as afinidades “anti-Harris” unindo esses autores que Burton escolhe destacar. Sobretudo a premissa de que predação romana agressiva não teria sido o fator determinante na formação do império, dado que as guerras não teriam sido muito lucrativas considerando os investimentos que demandavam; e junto com isso, a tendência a priorizar eventos militares e diplomáticos em detrimento de

processos econômicos e sociais estruturais. Em nenhum momento, por exemplo, Burton discute o trabalho de Keith Hopkins (1978) sobre as guerras de conquista como fonte de mão de obra escrava para as lavouras da elite romana na Itália. É certo que há controvérsias sobre até que ponto é possível concluir, como faz Hopkins, que a partir de 200-150 a.C. a política expansionista romana passou a servir primariamente aos interesses econômicos de um punhado de latifundiários escravocratas. Ainda assim, era de se esperar algum comentário. O problema da relação entre escravidão e império, aliás, fica um pouco marginalizado no volume como um todo. As escolhas de Burton fazem um certo sentido, quando lembramos que ele está na posição difícil de questionar a ortodoxia que é a tese Harris unida à contribuição de Hopkins. De todo modo, ele poderia ter discutido um pouco mais a fundo estudiosos que seguem essa visão dominante, como Peter Derow (mencionado pontualmente numa nota de rodapé na p.7) e Michael Crawford, que está ausente da bibliografia assim como Hopkins.

O quarto capítulo (*The diversification of the field*) é tão heterogêneo quanto o título sugere. Tem-se a impressão de que Burton juntou, aqui, tudo que ele considera relevante mas que não se encaixa no capítulo anterior. Não há um recorte cronológico ou temático claro, embora a discussão tenda a se concentrar no principado, quando o império já estava mais consolidado. A falta de foco é compensada pela riqueza de temas e abordagens discutidas, tais como a ideia de *soft power* romano (seção 4.1) e se havia ou não uma estratégia unificada de defesa das fronteiras a longo prazo (seção 4.2). Burton não crê que o império desenvolveu algo do tipo: uma sociedade pré-industrial simplesmente não teria tido o instrumental administrativo e técnico para atingir esse nível de eficácia de planejamento, vigilância e controle territorial. A seção 4.3, “Raça, identidade e romanização”, começa abordando as atitudes romanas perante o bárbaro. Burton classifica como pessimista a tese de Benjamin Isaac (2004), de que tais atitudes eram em sua maioria depreciativas, fundamentadas num determinismo ambiental que estaria na base do racismo europeu moderno. Contraponto é feito com Gruen (2011), para quem a visão romana do bárbaro era muitas vezes elogiosa, como no *Germania* do Tácito (embora Burton não compartilhe tanto do otimismo de Gruen, sobretudo em relação às opiniões romanas sobre os judeus: p. 85). Já a questão da romanização envolve uma bibliografia vasta demais para tratamento aprofundado no espaço de algumas páginas e Burton está ciente disso. Ele resume a narrativa já consagrada da ascensão e queda do conceito de romanização, desde sua origem no século XIX (quando foi pensado como uma espécie de missão civilizatória romana) até a sua desconstrução pós-colonial e/ou

tentativas de reabilitação nas mãos de estudiosos como Martin Millett, Peter Wells, Greg Woolf e David Mattingly. Ao fim (p. 89), ele elege como correta uma simplificação do modelo de Millett e Woolf elaborado nos anos 90: primeiro as elites provinciais emularam a cultura dos conquistadores romanos, e depois as camadas populares das províncias emularam suas elites romanizadas. Dada a realidade da dominação romana, essa teria sido a única escolha viável para os conquistados, elite ou não: “ausência de escolha não é (...) agência” (p. 90). Aqui fez falta um engajamento com bibliografia mais recente, que tem levado o debate sobre dinâmicas culturais no mundo romano para todo um outro nível, ao trabalhar com conceitos de conectividade e globalização (ver Morales e Silva, 2020). Na última seção, sobre “o fim do imperialismo romano” (4.4), Burton se apoia em toda uma vertente historiográfica para afirmar que o impulso expansionista continuou firme e forte durante a dita *pax romana*, porém mantido em xeque por novos fatores políticos. Os imperadores, afirma ele, não podiam se dar ao luxo de promover muitas guerras de conquista, pois tais ocasiões teriam fornecido oportunidades para outros generais conquistarem a estima do exército.

No quinto e último capítulo (*Conclusions*) Burton transmite sua própria perspectiva sobre o imperialismo romano em forma de narrativa síntese. Vários pontos são retomados e conectados entre si: preocupações de segurança movimentaram a expansão, já que Roma precisava assumir uma postura assertiva em meio a vizinhos assertivos (pp. 94, 97); os romanos tinham uma cultura belicosa como todo mundo, mas conseguiam controlar sua própria agressividade (pp. 96, 103); o poder romano se manifestou de maneiras diferentes nas províncias ocidentais e orientais (p. 100); quanto maior a resistência à dominação, mais brutal era a exploração por parte das autoridades romanas nas províncias, embora a tendência geral fosse de relativa moderação na exploração (pp. 102-103).

É uma narrativa eficaz e abrangente. Mas que tende a nos apresentar o império romano do ponto de vista dos que o conquistaram e governaram. Burton está certamente ciente disso, pois a um certo ponto ele observa que “a mudança bem-intencionada do foco de análise, dos dominadores para os dominados [rulers to subjects], é mesmo valiosa, porém parece anacrônica quando o assunto é sociedades antigas” (p.89). O que ele parece estar sugerindo é que o destaque aos marginalizados acabaria atribuindo a essas pessoas um grau de agência histórica que elas simplesmente não teriam tido numa realidade onde hierarquias eram brutalmente impostas. Novas abordagens estão mostrando que essa

visão precisa, no mínimo, ser reconsiderada (ver, por exemplo, Courier e Magalhães de Oliveira, 2021).

A história da formação do império romano vem sendo contada e recontada por mais de dois mil anos. Um olhar atento para a esmagadora maioria das pessoas envolvidas nesse processo –camponeses, pobres urbanos, pessoas escravizadas, entre tantas outras – além de importante em si mesmo, pode revelar alguns “impulsionadores de mudança histórica” (Bernard, 2021) bem diferentes daqueles com os quais estamos acostumados a pensar esse fenômeno sem igual.

Recebido: 02/05/2022

Aprovado: 22/06/2022

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bernard, S. (2021) Review. *Journal of Roman Studies* 111. DOI: 10.1017/S0075435821000010
- Burton, Paul J. *Friendship and Empire: Roman Diplomacy and Imperialism in the Middle Republic (353–146 BC)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Courier, C.; Magalhães de Oliveria, J.C. (Orgs.) (2021) *Ancient History from Below*. London: Routledge.
- Doyle, M. W. (1986). *Empires*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Eckstein, A. M. (2006). *Mediterranean Anarchy, Interstate War and the Rise of Rome*. Berkeley: University of California Press.
- Erskine, A. (2010). *Roman Imperialism*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Fieldhouse, D. K. (1961). 'Imperialism': An Historiographical Revision. *Economic History Review* 14, p. 187–209.
- Gruen, E. S. (1984). *The Hellenistic World and the Coming of Rome*. Berkeley: University of California Press.
- Gruen, E. S. (2011). *Rethinking the Other in Antiquity*. Princeton: Princeton University Press.
- Harris, W. V. (1979). *War and Imperialism in Republican Rome, 327–70 B.C.* Oxford: Clarendon Press.
- Hopkins, K. (1978). *Conquerors and Slaves*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hoyos, D. (org) (2012). *A Companion to Roman Imperialism*. Leiden: Brill.
- Isaac, B. H. (2004). *The Invention of Racism in Classical Antiquity*. Princeton: Princeton University Press.
- Kallet-Marx, R. M. (1995). *Hegemony to Empire: The Development of the Roman Imperium in the East from 148 to 62 B.C.* Berkeley: University of California Press.
- Morales, F. A.; Silva, U. G. (2020). História antiga e história global: afluentes e confluências. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 40, nº 83 <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472020v40n83-06>
- Terrenato, N. (2019). *The Early Roman Expansion into Italy: Elite Negotiation and Family Agendas*. Cambridge: Cambridge University Press.